

RAZÕES PARA UM DISCURSO JURÍDICO TRANSDISCIPLINAR

Jose Ricardo Cunha¹

RESUMO: O artigo faz uma relação entre ontologia e epistemologia. Sustenta que diante de uma nova compreensão não mecanicista e complexa da realidade faz-se necessário uma nova compreensão transdisciplinar da epistemologia. Afirma que o fenômeno jurídico somente poderá ser compreendido de forma adequada quando o estudo do direito superar a compartimentalização do saber jurídico expresso, sobretudo, na idéia de “dogmática jurídica”.

Palavras-chave: epistemologia, ontologia, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade.

REASONS FOR A TRANSDISCIPLINARY JURIDICAL DISCOURSE

ABSTRACT: The article makes a link between ontology and epistemology. Argues that in the face of a new non-mechanistic and complex understanding of reality is necessary a new transdisciplinary understanding of epistemology. States that the legal phenomenon can only be understood adequately when the study of law to overcome the compartmentalization of legal knowledge expressed, above all, on the idea of “legal doctrine”.

Keywords: epistemology, ontology, interdisciplinarity, transdisciplinarity

INTRODUÇÃO

“Mas a serpente era o mais astuto de todos os animais da terra que o Senhor Deus tinha feito. E ela disse à mulher: Por que vos mandou Deus que não comêsseis de toda a árvore do paraíso? Respondeu-lhe a mulher: Nós comemos do fruto das árvores, que estão no paraíso. Mas do fruto da árvore, que está no meio do paraíso, Deus nos mandou que não comêssemos, e nem a tocássemos, não suceda que morramos. Porém a serpente disse à mulher: Vós de nenhum modo morrereis. Mas Deus sabe que, em qualquer dia que

¹ Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro(1993), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro(1996) e doutorado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina(2003). Atualmente é Professor Associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Revisor de periódico da Psicologia em Estudo, Revisor de periódico da Novos Estudos Jurídicos, Revisor de periódico da Revista Direito GV, Membro de corpo editorial do Direito e Práxis e Membro de corpo editorial da Revista de Direito e Liberdade. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria do Direito. Atuando principalmente nos seguintes temas: Filosofia do Direito, Epistemologia, Complexidade, Justiça, Ética e Edgar Morin. E-mail: coord.acdireitouerj@yahoo.com.br

Este autor foi convidado pelo Editorial a contribuir com esta edição. Versão em português recebida em 10/12/2014 e autorizada para publicação em 12/12/2014

comerdes dele, se abrirão os vossos olhos, e sereis como deuses, conhecendo o bem e o mal.”²

A tentação da onisciência e da divinização humana sempre esteve presente na história dos homens. Apesar de ser mediada pela religião e pelo mito na maior parte do tempo histórico, nos últimos séculos esta tentação ganhou poderes especiais e se apresentou como a nova redenção salvadora: a ciência moderna. Transitando entre Deus, homem e serpente, esta ciência, de base positivista, pretendeu o nível absoluto do conhecimento, arrogando para si toda e qualquer pretensão de verdade possível, de maneira a se apresentar como o mais poderoso instrumento de domínio técnico e controle político-ideológico já produzido no mundo moderno. Contudo, cabe o questionamento: em que medida e em que níveis ainda é sustentável o discurso da ciência moderna?

A leitura epistemológica da modernidade sempre se amparou por uma concepção molítica e mecanicista do real, imaginando poder prever relações de causa e efeito e, assim, controlar a natureza e toda a vida social. Tempos de perplexidade estes, quando se descobre, paulatinamente, que a ontologia do real não pode ser reduzida a padrões simples e previsíveis. Ao contrário, a complexidade própria do real exige novas formas mais criativas e dinâmicas de se explicar e representar o mundo. Assim, a epistemologia também é revista, de acordo com as novas exigências, produzindo novos conceitos epistêmicos, igualmente criativos e complexos. Por isso, ontologia e epistemologia estão visceralmente imbricados e, mudando a compreensão da primeira, também deve-se mudar a compreensão da segunda. No momento atual, parece haver um significativo esforço para uma revisão das teorias deterministas que influenciaram a produção de conhecimento em todas as áreas. Do ponto de vista jurídico, não resta dúvida de que o direito é um fenômeno que brota do seio da sociedade e de suas relações históricas, emergindo como espaço dialógico na mediação de interesses diversos. Nesse sentido, entender o fenômeno jurídico de maneira determinista e isolada, em verdadeiro ostracismo, seria um sério equívoco que poderia condenar o direito à esquizofrenia. Acaso ocorresse tal coisa, os juristas perderiam sua capacidade de diálogo com o mundo e a legitimidade do mundo jurídico estaria seriamente afetada.

² - Bíblia Sagrada, livro do Gêneses, capítulo 3, versículos 1-5.

De efeito, refletir sobre os fundamentos epistemológicos que explicam a ontologia jurídica e sustentam as relações que o direito estabelece com outras áreas de conhecimento e com o mundo da vida em geral é tarefa não apenas procedente como, também, precedente, constituindo-se como verdadeiro ponto de partida, ou, até mesmo, pressuposto do entendimento epistemológico da matéria.

Para um melhor desenvolvimento do tema, será adotado o seguinte sumário:

1. O conhecimento do direito;
2. O direito como conhecimento; e
3. Limites e possibilidades da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

1. O CONHECIMENTO DO DIREITO

Sendo o objeto da Ciência do Direito o Fenômeno Jurídico e este um produto social-histórico, o conhecimento do direito necessariamente deve acontecer de maneira ampla, como uma visada que se estende sobre o todo e compreende esta dimensão de totalidade como aspecto metateórico deste próprio conhecimento do direito ou, podemos dizer, do conhecimento de maneira geral. Isso não significa que não se possa e, até mesmo, não se deva orientar estudos específicos, especializados. Porém, uma compreensão real da experiência jurídica não é compatível com uma visão absolutamente compartimentalizada do direito e o chamado *raciocínio jurídico* implica um trânsito sistemático onde o cientista ou operador jurídico é capaz de, concomitantemente, estabelecer seus recortes de observação e análise e compreender o todo contextual onde se insere seu objeto.

Tal amplitude de visão sobre um determinado conhecimento, não tem somente função heurística, mas também prático-operativa, na medida em que propicia ao jurista a possibilidade de uma opção mais lúcida e criteriosa na linha ou corrente de pensamento jurídico onde pretende filiar-se e fazer produzir, dali, as conseqüências de suas concepções e posturas. Conhecer o direito nesta perspectiva significa conhecê-lo criticamente, e o conhecimento crítico sempre implica a negação de uma unidade metafísica que reduz tudo ao **um**, rejeitando a diversidade e a complexidade que marcam e conformam os diversos planos de imanência, ou, por que não dizer, a própria

vida. Ora, esse vitalismo compreendido no direito significa uma saudável desconfiança epistemológica que rejeita o projeto monista que quer nos fazer crer que há apenas uma concepção ou entendimento corretamente possível acerca do direito, quando o que verdadeiramente há são concepções ou entendimentos provisoriamente hegemônicos.

A diversidade e as vicissitudes são inerentes a todas as ciências, especialmente ao direito, na medida em que este não se realiza nas mudanças da natureza, portanto numa relação de causa/efeito, mas sim como obra do espírito humano, portanto numa relação de meio/fim. As finalidades e metas traçadas e perseguidas pelos homens são inúmeras, abrindo radicalmente a existência humana ao devir, numa miríade de mundos possíveis. Sendo assim, o direito também forçosamente abre-se em radical devir, noutra miríade de mundos possíveis. Trata-se de um movimento intrínseco às ciências sociais que no direito manifesta-se no dinamismo do próprio ordenamento jurídico, fazendo com que seus conceitos sejam constantemente resignificados nas teias complexas de cada situação concreta. É fundamental compreender que é, justamente, esta processualidade radical que se opera no interior do direito, fazendo-o abrir, explodir, suas fronteiras para uma metalinguagem – campo próprio da hermenêutica – e para uma inevitável interdisciplinaridade. Por outro lado, deparamo-nos com a questão da capacidade do discurso jurídico em suportar, com certa autenticidade, essas relações com outros conhecimentos. Para enfrentar tal ponto, será visto o direito como campo próprio do conhecimento.

2. O DIREITO COMO CONHECIMENTO

É curioso notar como o direito sempre foi, afirmam os sociólogos contemporâneos, um dado estruturante de todas as sociedades; ou seja, não se tem registro histórico de uma sociedade que não tenha produzido algum tipo de direito, de regulação jurídica, independentemente da instituição de Estado. Todavia, até o advento da modernidade, o direito sempre esteve *con-fundido* com outras dimensões da vida cultural, tais como a religião, a moral, a filosofia e a política. Foi, portanto, a moderna acepção de ciência que instaurou de maneira clara e decisiva as fronteiras delimitadoras do direito, na medida em que o constituiu como objeto do conhecimento científico, ou ele mesmo como uma ciência que, como todas as demais, goza de legitimidade não

apenas por sua função social, mas também pela pretensão de verdade que carrega consigo. Desse momento em diante tornou-se impossível falar das relações do direito com outras ciências, sem refletir sobre seu próprio estatuto de cientificidade.

Na busca dos grandes acontecimentos que propiciaram a ruptura da modernidade em relação ao período anterior, Hannah Arendt (1995: 260-285) irá apontar, dentre outros fatos, a invenção do telescópio como momento marcante e decisivo do advento moderno, simbolizando seu maior marco. Conta-nos o relato mais corrente da história que Galileu foi perseguido e condenado pelos Tribunais do Santo ofício da Igreja Católica por ter afirmado que não era o sol que girava em torno da Terra, mas, ao contrário, era a Terra que girava em torno do sol. Entretanto, esta afirmação não era exatamente nova, pois Copérnico já havia dito exatamente o mesmo. Sendo assim, qual a diferença do primeiro para o segundo? Trata-se do fato de Galileu ter **provado**, por intermédio do telescópio, esta afirmação. Assim, o telescópio, ou melhor, a ciência moderna, efetuou uma decisiva mudança no lugar da verdade, deslocando seu eixo das fundamentações metafísicas da religião ou mesmo das especulações filosóficas para seus próprios supostos epistemológicos e princípios racionalistas e/ou empiristas.

No mesmo compasso do banimento do teocentrismo, uma nova racionalidade científica assumiu o controle da humanidade, tendo, no centro, preocupações epistemológicas, tais como: a) o que pode ser conhecido? (*objeto*); b) quem pode conhecer? (*sujeito*); c) como se pode conhecer? (*método*). Enquanto a física respondia tais questões na prática, a filosofia refletia sobre elas. Dessa maneira deu-se o marco kantiano de todas as ciências. Afirmou Kant (1980, p.12) que todo o conhecimento científico ocorre numa relação entre **sujeito cognoscente** e **objeto cognoscível**, cabendo ao primeiro a função ativa do conhecimento e ao segundo uma função passiva. De efeito, não se falou mais somente em “áreas” de conhecimento, mas também em “objetos” do conhecimento. A idéia geral de *Ciência* passou a corresponder a um processo sistemático e fundamentado de conhecimento e as *ciências* passaram a corresponder às áreas específicas do conhecimento, cada qual com seu objeto devidamente delimitado.

Nessa relação entre sujeito e objeto é que a ciência encerra sua pretensão de verdade. Daí que, especialmente no século XIX, houve uma verdadeira corrida de todas as áreas do saber (exceção da filosofia) em busca do seu objeto e estatuto próprio de cientificidade, tendo como referência básica, a física. Esse movimento foi chamado por alguns autores de *fisicismo* (ou *fisicalismo*), exatamente por colocar a física como modelo para todas as ciências, levando, de roldão, os supostos metateóricos e metodológicos que se entendiam adequados ao estudo da natureza. Ainda quando se admitiu a existência de ciências que tinham como objeto os fenômenos sociais-históricos, como o direito, procurou-se assegurar um método que garantisse a mesma confiabilidade e previsibilidade das chamadas ciências “exatas”. Para tanto e partindo da premissa que o conhecimento científico opera num processo indutivo/dedutivo, o método científico pressupõe a imprescindibilidade da especificação dos objetos de estudo. Dito em outras palavras, trata-se de recortar a realidade para delimitar um objeto de análise, lembrando que quanto mais específico for este objeto, supõe-se mais preciso e exato o conhecimento produzido.

Aqui, parece ficar mais claro o nosso problema: as relações entre as diversas áreas de conhecimento se encerram, formalmente, na delimitação do objeto, restando, apenas, uma comunicação instrumental. Admite-se uma cooperação mútua entre as ciências, desde que permaneçam intocados os respectivos objetos. Em situações extremas, chega-se mesmo a desqualificar o discurso daquele que não é reconhecidamente um especialista da área. Confunde-se o domínio do instrumental técnico de uma área com o seu conhecimento epistemológico, onde reside a pretensão de verdade da ciência.

Vejamos que isso é, exatamente, o que parece acontecer no direito contemporâneo. A idéia de uma “Ciência do Direito” ou “Ciência Jurídica” é imprescindível para garantir e reforçar o espaçamento simbólico-concreto de um conhecimento que só é dado aos iniciados nas técnicas do mundo jurídico. Estes seriam os cientistas aptos a descobrirem a verdade epistemológica do direito e, por conseguinte, a operarem sua técnica restrita. É bem verdade que houve uma inversão instrumental deste processo e aquilo que chamei de “verdade epistemológica do direito” não é tão

estudado e debatido como as suas técnicas operativas que, hodiernamente, parecem estar mais em voga. De qualquer forma, a idéia-chave de *ciência* permanece legitimando o estudo do direito. Não se afigura como obra do acaso que em muitos cursos jurídicos a cadeira Introdução ao Estudo do Direito seja ministrada com o emblemático nome de Introdução à *Ciência* do Direito, não obstante haja portaria do MEC regulamentando o primeiro nome como oficial.

Embora subjaza na realidade uma intensa complexidade que estabeleça um sem número de conexões formando planos de significações que se comunicam e influenciam reciprocamente, o estudo mais superficial desta mesma realidade alcança somente um plano epidérmico onde as relações são mais frágeis. Neste nível os objetos de estudo permanecem mais facilmente ilesos mantendo, inclusive, uma aparente autonomia em relação aos demais. Assim, ao estudante de direito, já no início do curso, é apresentada a ciência do direito e seus diversos ramos, distinguindo-a de tudo o que, supostamente, não é direito; com especial preocupação para a moral e seus critérios distintivos do direito. Assim sendo, vão se definindo certas relações do direito com outras áreas, desde que respeitado o objeto. Inocentes relações de “cooperação”, por assim dizer. A ciência da criminologia auxilia o direito penal, a psicologia auxilia o direito de família, a ciência política auxilia o direito constitucional etc.

Quando esta auto-suficiência chega a níveis extremados, as fronteiras se fecham numa verdadeira xenofobia epistemológica, negando-se a processualidade e complexidade intrínsecas ao direito e à ciência. A realidade jurídica é confinada em padrões lógico-formais, convolvando a ciência do direito em *dogmática jurídica*. Embora esta expressão seja discutível e tenha interpretação variável entre os autores, já é, certamente, reveladora, pois *dogma* é o que não se questiona, simplesmente se aceita. De maneira muito geral, dogmática jurídica parece designar um núcleo duro e intocável do direito, geralmente associado à técnica jurídica, que não se deixa interpenetrar por nenhum outro tipo de conhecimento. De um certo ponto de vista, a dogmática pode ser ligada ao padrão jurídico de *decidibilidade*, dando garantias de que o direito, enquanto técnica de regulação social, é capaz de compor conflitos chegando à solução de suas demandas. Nesse caso, a dogmática não parece, a princípio, intrinsecamente ruim ao

direito e à sociedade. O problema ocorre quando se questiona se as soluções de conflitos perpetradas pela regulação jurídica atinge níveis satisfatórios ou razoáveis para a própria sociedade. O peso e a real dramaticidade de tal questionamento, costumam conduzir certos juristas a uma posição defensiva, geralmente entrincheirada no conceito último da dogmática que acaba por desempenhar dupla função: num primeiro momento justifica o corpo das soluções jurídicas questionadas como aquelas adequadas à técnica do direito; em segundo lugar desqualifica o próprio questionamento alegando o descabimento do pensamento reflexivo ou problematizante no campo dogmático. Dessa maneira, a dogmática é uma espécie de metáfora da dispersão do pensamento, que se apresenta como verdadeiro desafio para os juristas e epistemólogos em geral. Uma das linhas de reflexão que se debate contemporaneamente sobre esta questão é, exatamente, quanto aos vasos comunicantes que marcam a realidade e, por conseguinte, o conhecimento científico. Nesse sentido, os padrões monocórdicos que caracterizaram, por tanto tempo, diversas áreas do saber, cedem espaço para a polifonia de um novo padrão epistemológico, marcado pela complexidade, dinamismo e liberdade. Nesse sentido falar-se em interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

3. LIMITES E POSSIBILIDADES DA INTERDISCIPLINARIDADE E DA TRANSDISCIPLINARIDADE

Como foi dito, o direito e as demais “ciências” devem ser tomados a partir de uma profunda capacidade de diálogo para que se sustentem sobre bases socialmente e epistemologicamente legítimas. Se com o diálogo a crise sempre caminha à espreita, sem o diálogo ela é inevitável. Daí não me parecer coincidência que, no pensamento jurídico brasileiro, o discurso da interdisciplinaridade tenha tomado força no mesmo período em que se falava de “crise do direito”. Parece que a interdisciplinaridade, em alguns momentos, é apresentada como uma espécie de alternativa para esta crise, o que não é mal, mas confere certa opacidade ao entendimento próprio da interdisciplinaridade, na medida em que esta deve ser considerada constitutiva do estatuto epistemológico do direito mesmo e não alguma espécie de “alternativa

epistemológica”. Em outras palavras, pretendo assinalar que a interdisciplinaridade não pode ser reduzida à condição meramente instrumental e pragmática de “saída da crise”, para, depois de resolvido o problema voltar-se para o aconchego do isolamento. A interdisciplinaridade é, então, um princípio para a ciência e, por conseguinte, para o direito.

Como princípio estruturante do pensamento científico, a interdisciplinaridade orienta a produção do conhecimento de maneira dialógica, para que este tenha condições de captar, de forma não mutilante, a pluralidade de sentidos dos diversos objetos de estudo, nos seus respectivos contextos históricos. É isso que confere à ciência legitimidade para pronunciar discursos enunciativos do real, pois, caso contrário, podemos afirmar, com Adorno e Horkheimer (1985, pp. 81-112), que o discurso científico torna-se mítico, apresentando a ciência como algo que se “automove” com seus próprios critérios e símbolos internos.

No direito, este problema epistemológico, está no centro do debate entre diversos autores contemporâneos que defendem concepções distintas e muitas vezes antagônicas do fenômeno jurídico. Não se trata, apenas, da antiga polarização entre direito natural e positivismo jurídico, mas sim das diversas correntes explicativas da teoria jurídica, tais como o normativismo (Kelsen), o realismo (Ross), o positivismo analítico (Hart), a hermenêutica concretista (Hesse), a tópica (Viehweg), o raciovitalismo (Siches), o tridimensionalismo (Sauer, Reale) etc. Parece ser especialmente interessante, apenas a título de exemplo, a radical reação do realismo jurídico escandinavo na versão de Alf Ross, que repousa a legitimidade e a eficácia da norma jurídica não em critérios lógico-formais, internos ao direito, mas sim na sua aceitação social, fundindo os conceitos de validade e eficácia. Assim, as normas vigem porque assim elas são assimiladas e sentidas pela sociedade. Veja-se:

“... o conceito ‘direito vigente’ (de Illinois, da Califórnia, da common Law) pode ser em princípio explicado e definido da mesma maneira que o conceito ‘norma vigente de xadrez’ (para dois jogadores quaisquer). Quer dizer, ‘direito vigente’ significa o conjunto abstrato de ideias normativas que serve como um esquema interpretativo para os fenômenos do direito em ação, o que por sua vez significa que essas normas são efetivamente acatadas e que o são porque são experimentadas e sentidas como socialmente obrigatórias.” (ROSS, 2007, p. 41)

Para Ross, só é válida a norma eficaz, ou seja, aquela que encontra correspondência nas condutas concretas da comunidade social. Por isso mesmo, chega a falar em *aceitação psicológica* da norma. (PATTARO, 1991, p. 237-238)

Pode-se afirmar que após um período mais duro de influência de um positivismo mais formalmente radical que pretendeu transportar para o direito (de várias formas) os ideais máximos de controle, previsibilidade, determinismo etc., buscando uma espécie de “física jurídica” (da mesma maneira que Durkheim pretendia uma “física social”) já se admite a impossibilidade de tais ideais que funcionaram muito mais como postulados ideológicos, a serviço do conservadorismo, do que como referências epistemológicas. Assim, a interdisciplinaridade já se constitui em índole da teoria jurídica, potencializando a ciência do direito. Afinal, como falar em fenômeno jurídico sem dialogar com a antropologia, a sociologia e a psicologia? Como falar em norma e justiça sem dialogar com a moral e a ética?

Na esteira da interdisciplinaridade, tem surgido outro debate: acerca da transdisciplinaridade. Certos cientista e filósofos, estudiosos da epistemologia, tem afirmado que a interdisciplinaridade, na prática, não passa de mera justaposição de objetos de estudo, o que não permite nenhum avanço concreto do conhecimento. Nesse caso, apenas manter-se-ia a relação instrumental de auxílio de uma disciplina a outra. Em resposta a tal situação propõem uma atitude mais radical: não apenas a comunicação entre as ciências, mas a partilha dos objetos de conhecimento. A essa *con-fusão* de objetos denomina-se transdisciplinaridade, como esse movimento onde as disciplinas se perpassam reciprocamente, em absoluto dinamismo. Por essa concepção, o objeto é sempre múltiplo e somente a sua captura momentânea esforça-se para compreendê-lo por um certo prisma, mas este prisma nunca poderá ser desvinculado de outras dimensões constitutivas do objeto, sob a pena de mutilação do conhecimento.

Um dos embasamentos da transdisciplinaridade é o reconhecimento de que a realidade é complexa se apresentando, por conseguinte, com fenômenos complexos. Autores como Edgar Morin, Ilya Prigogine, Henry Atlan e Cornelius Castoriadis têm sustentado, em distintas áreas do saber, essa perspectiva da complexidade. Este novo

paradigma rompe com o velho modelo mecanicista, na medida em que afirma que os acontecimentos não são produzidos por simples relações de causalidade e que, ocultas sob o fenômeno, existem diversas conexões que atuam sobre ele. O fato de tais conexões serem invisíveis não quer dizer que elas não existam, como imagina a consciência ingênua. Estas conexões múltiplas produzem diversos planos de significados que estão ligados de maneira infinitesimal, onde início e fim se convertem em mero recurso de abstração para suportar uma condensação tamanhamente radical. Evidentemente os discursos explicativos buscam delimitações, mas não para enunciar o objeto propriamente dito, em sua ontologia, mas sim para dar a ele o mínimo de inteligibilidade. O tempo da mansidão do controle absoluto já se foi.

A transdisciplinaridade reconhece que todos os objetos estão, de alguma maneira, interligados e que estudos isolados são insuficientes para compreendê-los. Nessa perspectiva, o conhecimento readquire sua dimensão holística e essa transfusão de objetos torna-se inevitável, pois a realidade mesma é compreendida como um grande e complexo sistema. Assinale-se que esse conceito de sistema³ tem tido razoável repercussão na epistemologia jurídica, sobretudo no trabalho de Niklas Luhman (2005) que enfatizou o caráter sistêmico do direito, aliás, caráter de subsistema articulado com outros subsistemas e o sistema social maior. Outro professor alemão, Claus Canaris (1989), fala no direito como *sistema aberto*, mostrando que é característica do sistema jurídico a mutabilidade de suas categorias e variáveis, como característica mesma da ciência do direito, na medida em que seu objeto é um fenômeno histórico e, portanto, mutável. Tal mutabilidade, como condição de sua historicidade intrínseca, precipita da complexidade do fenômeno jurídico e de suas inflexões sobre outras dimensões constitutivas do real, bem como do movimento inverso. Esta *abertura* do sistema jurídico, que atualiza seus valores e o mantém vivo e são, é que impede a senilidade da ordem jurídica, mantendo-a capaz de efetuar eficazmente a regulação social. No entanto, não poder-se-ia falar em abertura (abertura ontológica e não funcional) sem considerar a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade como supostos metateóricos da ciência em geral e da ciência do direito em particular.

³ Cf. LUHMANN, Niklas. *A Nova Teoria dos Sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997; LUHMANN, Niklas. *Por que uma 'Teoria dos Sistemas'?* in *Dialética e Liberdade*, Ernildo Stein & Luís A. de Boni (org), Petrópolis: Vozes, 1993.

CONCLUSÃO

Não me parece haver nenhuma dúvida de que toda essa idéia de abertura dialógica como critério epistemológico fundante, possibilitada no discurso da interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade trata-se, em última instância, da recuperação da alteridade como valor e princípio supremo, pois reconhece e admite a figura do **outro**, não apenas como presença ou existência, mas como marco constitutivo da própria identidade. Dito de outra forma, significa asseverar uma relação, mais ou menos aparente, de interdependência entre os diversos entes, sendo tão radical esta relação de reciprocidade que um ente não seria o mesmo sem a presença do outro, de tal maneira que este pode ser considerado constitutivo daquele. Isso torna todas as identidades cambiantes e provisórias, mas não impede que elas existam. Assim sendo, é possível falar em disciplinaridade e, por isso mesmo, em ciência do direito ou outra área de conhecimento qualquer, mas jamais se poderia isolar uma disciplina de outra, como um ente de outro, como uma pessoa de outra. Dá-se de tal maneira esse processo complexo e interativo que devemos considerar que no plano ontológico o que existe real e concretamente é a interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade, sendo a disciplinaridade apenas um recurso da razão abstrata para buscar inteligibilidade para seus conceitos e enunciados.⁴

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

CANARIS, Claus-Wilhelm. *Pensamento Sistemático e Conceito de Sistema na Ciência do Direito*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1989.

⁴ Este autor foi convidado pelo Editorial a contribuir com esta edição

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura* *in* Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

LUHMANN, Niklas. *A Nova Teoria dos Sistemas*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1997;

_____, Niklas. *Por que uma 'Teoria dos Sistemas'?* *in* *Dialética e Liberdade*, Ernildo Stein & Luís A. de Boni (org), Petrópolis: Vozes, 1993.

_____, Niklas. *El Derecho de La Sociedad*. México: Herder, 2005.

PATTARO, Enrico. *Elementos Para Uma Teoria del Derecho*. Madrid: Editorial Debate, 1991.

ROSS, Alf. *Direito e justiça*. Bauru: EDIPRO, 2007.